



Aliança pela Alimentação
Adequada e Saudável

Núcleo Rio de Janeiro

Processo de incidência no Poder Legislativo

Guia para mapeamento e análise das
proposições relacionadas às dimensões
da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)



Realização:

Núcleo Local do Rio de Janeiro da
Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável (NL-Rio)

Elaboração Técnica do Projeto:

Marianna Miranda Rodrigues Vidal

Acompanhamento e apoio técnico do projeto:

Doralice Ramos

Tais Ariza Alpino

Redação e revisão:

Doralice Ramos

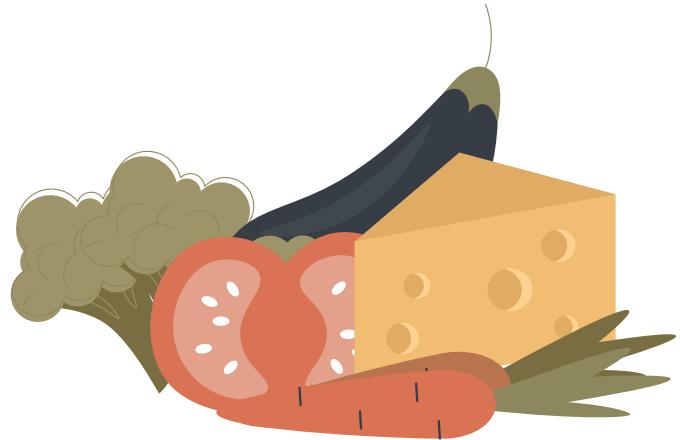
Tais Ariza Alpino

Amábelo de Avelar Cordeiro

Projeto gráfico e diagramação:

Felipe Garofalo

www.alimentacaosaudavel.org.br
contato@alimentacaosaudavel.org.br

**Como citar:**

NÚCLEO LOCAL DO RIO DE JANEIRO DA ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL; VIDAL, Marianna Miranda Rodrigues; RAMOS, Doralice; ALPINO, Tais Ariza; CORDEIRO, Amábelo de Avelar. Processo de incidência no Poder Legislativo: guia para mapeamento e análise das proposições relacionadas às dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Rio de Janeiro: Núcleo Local do Rio de Janeiro da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, 2025.

A **Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável** é uma coalizão que reúne organizações da sociedade civil, associações, coletivos, movimentos sociais, entidades profissionais e pessoas físicas que defendem o interesse público com o objetivo de desenvolver e fortalecer ações coletivas que contribuam para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	4
APRESENTAÇÃO	5
OBJETIVOS	6
Objetivo Geral.....	6
Objetivos Específicos.....	6
PROCESSO DE TRABALHO DO GRUPO EXECUTIVO DO NÚCLEO RIO	7
Organização e metodologia de trabalho.....	7
Resultados alcançados.....	9
Definição de estratégias de incidência.....	11
GUIA PARA INCIDÊNCIA POLÍTICA	13
Mapeamento Quantitativo e Sistematização das Proposições Legislativas.....	14
Seleção e análise qualitativa das proposições legislativas.....	15
Estratégias de atuação no poder legislativo.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19
GLOSSÁRIO	20

LISTA DE SIGLAS

A – Apoio

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

CMRJ – Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

EA – Educação Ambiental

GE – Grupo Executivo

GT – Grupo Temático

InSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

NL-Rio – Núcleo Local do Rio de Janeiro

P – Proteção / Parcial

PAAS – Instrumentos de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável

PL – Proposição Legislativa / Projeto de Lei

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

T – Total

TEA – Transtorno do Espectro Autista



APRESENTAÇÃO

O Brasil vive um cenário desafiador no campo da alimentação e nutrição. De um lado, a fome e a insegurança alimentar e nutricional afetam milhões de brasileiros; de outro, cresce a prevalência da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Esses fenômenos expressam um mesmo problema estrutural: a fragilidade de sistemas alimentares cada vez mais distante de princípios sustentáveis, saudáveis e justos (Brasil, 2023).

Somam-se a isso os conflitos de interesse no campo da alimentação e nutrição, que comprometem a elaboração e a implementação de políticas públicas, colocando em risco a saúde da população e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) (Aliança, 2024). Diante desse quadro, a participação social e o fortalecimento do controle democrático sobre as decisões do Estado tornam-se caminhos essenciais para garantir políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) transparentes, coerentes e voltadas ao interesse público.

Nesse contexto, a incidência política surge como uma estratégia fundamental. Trata-se de um conjunto de ações cidadãs voltadas a influenciar proposições legislativas e políticas públicas em defesa de direitos coletivos. A incidência amplia a participação da sociedade civil nos processos decisórios, promove o diálogo com os poderes públicos e fortalece a democracia ao aproximar as políticas do cotidiano das pessoas (Instituto Nossa Ilhéus, 2014).

Na perspectiva das Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, a incidência política representa um caminho de mobilização social por meio do qual diferentes segmentos da sociedade buscam acompanhar, apoiar, influenciar e contestar processos decisórios, contribuindo para a formulação e implementação de ações e políticas públicas efetivas. Essa atuação, junto aos tomadores de decisão, tem como finalidade assegurar a SAN e a efetivação do DHAA para todos os cidadãos brasileiros.

Foi com esse propósito que o Núcleo Local do Rio de Janeiro (NL-Rio) da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável desenvolveu o projeto *Advocacy no Legislativo: uma agenda local para incidência política em defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada*. Desde 2021, o NL-Rio vem aprimorando metodologias e experiências de mapeamento e análise de proposições legislativas nas duas Casas Legislativas do estado — a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) —, consolidando uma prática de monitoramento, sistematização e ação política.

O presente Guia é fruto desse processo coletivo, e reúne as etapas metodológicas, os resultados e as estratégias utilizadas pelo NL-Rio, com o objetivo de fortalecer a atuação de grupos, instituições e movimentos que desejam incidir sobre políticas públicas relacionadas à SAN.

OBJETIVOS

O documento *Processo de Incidência no Poder Legislativo: Guia para Mapeamento e Análise das Proposições Relacionadas às Dimensões da SAN* tem como objetivos:

Objetivo Geral



Apresentar um instrumento metodológico e prático para apoiar organizações da sociedade civil, coletivos, movimentos e grupos de pesquisa na realização de ações de mapeamento, análise e incidência política sobre proposições legislativas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Objetivos Específicos

- » Orientar sobre **como planejar e executar o processo de mapeamento de proposições** legislativas em diferentes esferas (municipal e estadual);
- » **Apresentar metodologias de análise quantitativa e qualitativa** que permitam compreender tendências, temas e lacunas das proposições;
- » **Sistematizar critérios e estratégias** para a seleção de proposições prioritárias para a incidência política;
- » **Compartilhar experiências práticas e aprendizados** do NL-Rio no acompanhamento das Casas Legislativas;
- » **Fortalecer o papel da sociedade civil** na formulação e no monitoramento de políticas públicas que garantam o DHAA e a SAN.



PROCESSO DE TRABALHO DO GRUPO EXECUTIVO DO NÚCLEO RIO

O Grupo Executivo (GE) do Núcleo Rio da Aliança pela Alimentação Saudável (NL-Rio) foi criado com o objetivo de estruturar e desenvolver ações sistemáticas de incidência política junto ao Poder Legislativo, com foco nas dimensões da SAN e na defesa do DHAA.

A criação do GE Rio partiu do reconhecimento de que a incidência política é um processo que exige planejamento, articulação e continuidade, além da integração entre diferentes áreas de atuação, como comunicação, pesquisa, advocacy e mobilização social. Dessa forma, o grupo buscou construir uma metodologia participativa, colaborativa e adaptada à realidade local, fortalecendo a atuação política do NL-Rio.

Organização e metodologia de trabalho

O GE Rio foi composto por integrantes do NL-Rio, pesquisadores, representantes de organizações da sociedade civil e ativistas engajados na pauta da alimentação adequada e saudável. O grupo manteve reuniões mensais para planejamento e acompanhamento das atividades, além de oficinas temáticas voltadas ao aprimoramento das metodologias de mapeamento, análise e incidência política.

O processo de trabalho foi estruturado e desenvolvido em etapas por meio de três projetos sequenciais distintos, mas complementares, realizados entre 2021 e 2025. Cada projeto teve como objetivo construir progressivamente o mapeamento, a análise e a priorização das proposições legislativas.

Nos três projetos, foram contemplados dois momentos fundamentais:

Formação do grupo e definição de papéis

Composição da equipe, identificação de competências individuais e distribuição de responsabilidades.

Elaboração do plano de trabalho

Definição conjunta de objetivos, cronograma, etapas metodológicas e estratégias de execução.

Cada projeto abordou fases específicas sequenciais do processo:

PROJETO 1 : 2021 e 2022

- » Mapeamento e análise quantitativa das proposições legislativas: levantamento quantitativo e análise das proposições relacionadas às dimensões da SAN nas duas Casas Legislativas – CMRJ e ALERJ.

PROJETO 2 : 2024

- » Análise qualitativa das proposições: leitura detalhada e categorização das proposições por grupos temáticos, considerando o grau de alinhamento com o DHAA e as agendas prioritárias da Aliança.
- » Atualização do mapeamento das proposições legislativas: identificação de novas PL's criadas ao longo dos anos seguintes, incluindo a incorporação de novos dados legislativos e a atualização do status de tramitação das proposições mapeadas anteriormente.

PROJETO 3 : 2025

- » Atualização do mapeamento das proposições legislativas.
- » Oficinas de sistematização e priorização: encontros destinados à discussão dos resultados e à definição das proposições prioritárias para incidência política.
- » Definição de estratégias de incidência: identificação de parlamentares aliados, mapeamento de arenas de decisão e formulação de estratégias de diálogo com o Legislativo.

Esse processo colaborativo permitiu aprimorar continuamente as metodologias utilizadas, consolidando um modelo de trabalho que combina rigor técnico, análise política e participação social.



Resultados alcançados

Entre 2021 e 2025, o GE Rio realizou o mapeamento de 699 proposições legislativas, sendo 212 provenientes da CMRJ, distribuídas em cinco períodos legislativos (2009–2012, 2013–2016, 2017–2020, 2021–2024 e 2025–2028), e 487 da ALERJ, abrangendo também cinco períodos legislativos (2007–2010, 2011–2014, 2015–2018, 2019–2022 e 2023–2027).

GTs criados pelo GE Rio: Alimentação escolar; Produção de alimentos; Equipamentos públicos de SAN; Fome e combate à fome; SAN e saúde da criança; Alergia e intolerância alimentares; Alimento; Acesso à água; Obesidade; Compra e comercialização de alimentos; Rotulagem de alimentos; Regulação de publicidade de alimentos; Segurança Alimentar e Nutricional; Educação Alimentar e Nutricional.

O mapeamento foi realizado a partir da busca de mais de 40 palavras-chave, previamente selecionadas e agrupadas em 14 Grupos Temáticos (GTs) vinculados às dimensões da SAN:

Após a análise quantitativa, o grupo direcionou a análise qualitativa aos grupos temáticos Produção de Alimentos e Alimentação Escolar, por sua relevância social e alinhamento estratégico com a agenda do NL-Rio e da Aliança. Foram considerados os dois últimos períodos legislativos da CMRJ e da ALERJ, 2025-2028 e 2023-2027, respectivamente. Esses dois GTs apresentaram o maior número de PLs alinhadas à SAN e ao DHAA.

O GT de Produção de Alimentos, teve como subdimensões de análise: Acesso à terra; Incentivo à Produção Agroecológica; Distribuição e Fornecimento de alimentos e Priorização de Povos e Comunidade Tradicionais (PCT). Somando 109 PL's.

No GT Alimentação Escolar, foram definidas oito subdimensões, considerando os assuntos mais recorrentes e convergentes entre as PLs analisadas: restrição alimentar; proteção e promoção da alimentação adequada e saudável; alimentação no recesso escolar; auxílio durante a pandemia de Covid-19; auxílio alimentação a famílias e alunos; educação ambiental e educação alimentar e nutricional (EA e EAN); aquisição de alimentos; e outros. No total de 63 PL's.

Destaca-se que 4 projetos de leis estavam categorizados nos dois grupos temáticos - Produção de alimentos e Alimentação escolar. Estes se referiam: ao incentivo de compostagem nas escolas públicas; incentivo para aquisição de leite e derivados nos ambientes escolares; criação de hortas nas escolas, entre outros.

Visto que a alimentação escolar constitui a temática e pauta de maior relevância, interesse e mobilização do NL-Rio e o número de PL's encontradas, optou-se por priorizar exclusivamente este grupo.

As análises revelaram proposições convergentes e divergentes em relação à SAN e ao DHAA dentro da temática da alimentação escolar. Entre as principais fragilidades observadas, destacaram-se:

1. Falta de definição de termos utilizados;
2. Ausência de conceitos fundamentais, como “alimentos ultraprocessados” e “alimentos in natura”;
3. Uso de terminologia inadequada (ex.: “merenda escolar” em vez de “alimentação escolar”);
4. Proposição de mecanismos de auxílio financeiro (ex.: cartão alimentação) sem garantia de alimentação adequada;
5. Ausência de indicação clara sobre os órgãos responsáveis pela execução das ações.

Para aprimorar a incidência política, o grupo realizou duas oficinas:

1. **Oficina de organização estratégica:** teve o objetivo de reduzir o número de proposições, considerando as mais oportunas para incidência (28 proposições);
2. **Oficina de priorização:** teve o propósito de definir o conjunto final de proposições prioritárias, considerando o maior potencial de impacto positivo e alinhamento ao DHAA (9 proposições).

Os critérios para a seleção das proposições incluíram: relevância social e política; densidade de informações sobre as proposições; grau de alinhamento com o DHAA e a SAN; status de tramitação das proposições e oportunidade política.

As proposições selecionadas abordaram temas como:

- » Terapia nutricional para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- » Combate à obesidade infantojuvenil;
- » Instituição do Selo Amiga da Alimentação Saudável;
- » Extensão da alimentação escolar a professores e demais profissionais da educação;
- » Garantia de alimentação nas férias escolares;
- » Recursos para programas de auxílio financeiro à alimentação durante estados de calamidade pública;
- » Reajuste dos repasses destinados à alimentação escolar;
- » Utilização de espaços escolares no combate à insegurança alimentar;
- » Parâmetros de referência para nutricionistas por número de alunos nas unidades escolares.

Confira os [**projetos de lei**](#) selecionados pelo GE Rio, assim como as respectivas justificativas consideradas no processo de definição de prioridade.



Definição de estratégias de incidência

Com as proposições prioritárias definidas, o GE Rio avançou para a elaboração do plano de estratégias de incidência política, com o objetivo de orientar de forma prática as ações junto ao Poder Legislativo.

As estratégias foram construídas de modo participativo, considerando as experiências anteriores do NL-Rio, as lições aprendidas durante o processo de mapeamento e análise, e as oportunidades políticas identificadas no cenário estadual e municipal.

O conjunto de estratégias foi organizado em três eixos complementares:



Monitoramento Legislativo

Acompanhamento contínuo da tramitação das proposições priorizadas, observando prazos, pareceres, votações e movimentações nas comissões temáticas.

Articulação Política e Técnica

Estabelecimento de diálogo com parlamentares e assessorias legislativas; realização de reuniões técnicas, audiências públicas e eventos de advocacy; e elaboração de notas técnicas e pareceres para subsidiar o debate legislativo.

Mobilização Social e Comunicação

Engajamento de organizações da sociedade civil, conselhos, coletivos e movimentos sociais na defesa das pautas prioritárias; divulgação de informações acessíveis sobre o andamento das proposições; e produção de conteúdos informativos (materiais gráficos, boletins e comunicados).

Essas estratégias são complementares e visam fortalecer a capacidade de incidência do NL-Rio, promovendo um diálogo mais qualificado entre sociedade civil e poder público, e ampliando a visibilidade das pautas de SAN no Legislativo.

Essas etapas possibilitaram compreender o panorama legislativo da SAN no estado e no município do Rio de Janeiro, identificando tanto avanços quanto lacunas nas políticas públicas relacionadas ao tema, e subsidiando a definição de prioridades para a continuidade da incidência política em defesa do DHAA.

Síntese do Processo

O trabalho desenvolvido pelo GE Rio demonstrou que a incidência política é um processo coletivo, contínuo e formativo. A metodologia construída e aprimorada ao longo do projeto consolidou-se como uma experiência de referência dentro da Aliança, fortalecendo a capacidade de análise, sistematização e diálogo político do Núcleo Local Rio.

Além de gerar dados e análises sobre proposições legislativas, o processo contribuiu para ampliar o engajamento social, fortalecer a rede de advocacy e consolidar uma cultura de monitoramento e participação política qualificada na agenda da SAN.



GUIA PARA INCIDÊNCIA POLÍTICA

Este guia é composto por quatro etapas:

1

Mapeamento quantitativo e sistematização das proposições legislativas

2

Análise qualitativa das proposições legislativas

3

Seleção das proposições para incidência política

4

Estratégias de atuação no poder legislativo

O objetivo desta seção é detalhar cada uma dessas etapas e oferecer um roteiro metodológico que possa ser replicado e adaptado por outras organizações da sociedade civil, de acordo com seus contextos institucionais e territoriais.

Antes do início das etapas, recomenda-se que o grupo responsável pela incidência política realize duas ações preparatórias fundamentais:



1. Formação de grupo de trabalho: definir equipe, atribuições, periodicidade das reuniões e responsáveis por cada fase (mapeamento, análise e incidência).



2. Elaboração de plano de trabalho: estabelecer objetivos, cronograma, metodologia de coleta de dados e estratégias de divulgação dos resultados.

Mapeamento Quantitativo e Sistematização das Proposições Legislativas

O mapeamento quantitativo tem como finalidade identificar, organizar e contabilizar proposições legislativas relacionadas à SAN, permitindo compreender a abrangência e a distribuição temporal e temática das iniciativas parlamentares.

Passo 1 – Definição do escopo do projeto

Definir os parâmetros que orientarão o mapeamento, considerando cinco dimensões principais:

- » Casas Legislativas: identificar se serão analisadas proposições da Câmara Municipal e/ou da Assembleia Legislativa;
- » Tipos de proposições: incluir Projetos de Lei (PL), Leis Complementares, Emendas à Lei Orgânica, Decretos Legislativos e Resoluções;
- » Temporalidade: delimitar períodos legislativos (por exemplo, 2019–2022);
- » Palavras-chave: selecionar termos relacionados às dimensões da SAN (exemplos: “alimentação escolar”, “obesidade”, “agroecologia”, “rotulagem de alimentos”);
- » Coleta de dados: registrar informações como número da proposição, autor e partido, ementa, palavras-chave, link, data e status da tramitação.

Nota: A escolha dos tipos de normativas, dos períodos legislativos e das palavras-chave deve sempre considerar os objetivos, os temas de interesse, o tempo disponível para o trabalho, a realidade local e o cenário legislativo/político.

Passo 2 – Agrupamento das Palavras-chave em Grupos Temáticos (GTs):

As palavras-chave devem ser organizadas em GTs relacionados às dimensões da SAN. Este agrupamento permite mapear, analisar de forma robusta e identificar os temas mais e menos contemplados pelas proposições.

Passo 3 – Busca e Sistematização das Proposições Legislativas:

1. Realizar a busca nos sites das Casas Legislativas, utilizando o(s) período(s) previamente definido(s).
2. Registrar as informações coletadas em planilhas (Excel ou similares) para sistematizar e gerar estatísticas (número de proposições por ano, por tema, por autor etc.).



Dicas práticas de busca:

- » Realize buscas por tipo de proposição separadamente (PL, Lei Complementar etc.).
- » Utilize aspas (“”) nas palavras-chave para localizar expressões exatas.
- » Use o campo de “busca específica” nos portais legislativos, quando disponível.

Seleção e análise qualitativa das proposições legislativas

A análise qualitativa complementa o mapeamento quantitativo ao examinar o conteúdo das proposições, permitindo avaliar sua coerência, relevância e alinhamento com os princípios da SAN e do DHAA. Essa etapa envolve três passos principais

Passo 1 – Seleção das proposições legislativas mapeadas

Selecionar os GTs e os períodos legislativos que serão objeto da análise qualitativa, priorizando:

- » GTs com maior número de proposições;
- » Áreas estratégicas de atuação da organização;
- » Temas de interesse de conselhos e fóruns de controle social com os quais o grupo mantém vínculo.

Passo 2 – Análise qualitativa das proposições legislativas

Realizar leitura detalhada e sistematização das informações das proposições selecionadas, utilizando planilhas ou softwares de análise de conteúdo.

A análise deve contemplar duas dimensões complementares:

a. Categorização de Assuntos Transversais

- » Alinhamento à SAN: classificar cada proposição como Total (T), Parcial (P), Divergente/Ameaçadora (D/A) ou Não Aplicável (N/A);
- » Impactos: avaliar possíveis efeitos positivos e negativos da proposição;
- » Instrumentos de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS): classificar como Incentivo (I), Apoio (A) ou Pro-

- teção (P);
 - » Participação Popular: identificar menções a mecanismos de controle social, como conselhos, conferências e audiências públicas;
 - » Outros aspectos: observar se a proposição aborda grupos vulneráveis, igualdade de gênero ou racial, e se se relaciona com mais de um GT.
- b. *Categorização Temática*
- » Classificar as proposições quanto ao tipo de instrumento (Política, Programa, Projeto ou Ação);
 - » Identificar as subdimensões dentro de cada GT, agrupando temas recorrentes (exemplo: no GT Alimentação Escolar, subdimensões podem incluir restrições alimentares, aquisição de alimentos, educação alimentar e nutricional etc.).

Nota metodológica: As subdimensões podem ser baseadas em matrizes de avaliação multidimensional dos Planos de SAN, conforme proposto por Leone (2023) e Machado et al. (2018).



Passo 3 – Relação com a agenda do Núcleo ou organização/grupo

Avaliar o grau de alinhamento das proposições analisadas com a agenda institucional, utilizando novamente a classificação T, P, D/A ou N/A.

Dica: O Núcleo Local Rio considerou os [10 temas estratégicos da Aliança¹](#) para esta análise.

Seleção das Proposições Legislativas para a Incidência Política

Após a análise quantitativa e qualitativa, realiza-se a priorização das proposições, com o objetivo de definir quais serão o foco da incidência junto ao Poder Legislativo.

Esse processo envolve duas etapas:

- 1. Triagem de PL:** redução do número total, considerando apenas as proposições em tramitação efetiva, apresentadas na legislatura vigente. Excluir aquelas arquivadas, anexadas, transformadas em indicações simples ou prejudicadas.
- 2. Priorização de PL:** seleção do conjunto final de PLs que serão objeto da incidência política, com base nos seguintes critérios:
 - » Relevância temática e contexto político-social;
 - » Alinhamento ao DHAA e às dimensões da SAN;
 - » Grau de tramitação e número de comissões envolvidas;
 - » Oportunidade política (autoria da PL, conjuntura institucional e temporalidade eleitoral).

Critério prático: Priorizar PLs em estágios avançados de tramitação pode facilitar o diálogo com parlamentares e aumentar a possibilidade de influência.

¹ 1. Promoção, Proteção e Apoio aos Saberes e Práticas Convergentes com a Alimentação Adequada e Saudável; TEMA 2.Promoção, Proteção e Apoio à Amamentação e à Alimentação Complementar Saudável; 3.Fortalecimento da Agroecologia e da Agricultura Familiar; 4.Efetivação da Proibição da Publicidade Dirigida ao Público Infantil; 5.Restrição da Publicidade de Alimentos Ultraprocessados; 6-Melhoria da Informação nos Rótulos de Alimentos; 7.Aprovação de Medidas Fiscais Promotoras da Alimentação Adequada e Saudável; 8.Promoção, Proteção e Apoio à Alimentação Adequada e Saudável em Ambientes Institucionais, Especialmente nas Escolas; 9. Garantir a Água como Direito Humano e Bem Comum e 10.Monitorar e Expor Práticas e Políticas que Estimulem Condutas Alimentares Nocivas à Saúde.

Estratégias de atuação no poder legislativo

Com as proposições prioritárias definidas, inicia-se o planejamento das ações de incidência política. Essa etapa busca fortalecer o diálogo entre sociedade civil e Poder Legislativo, ampliando a capacidade de influência sobre decisões que afetam o direito à alimentação adequada.

Principais estratégias de atuação



Acompanhamento legislativo: monitorar sistematicamente a tramitação das proposições priorizadas.



Articulação política: identificar parlamentares aliados, frentes parlamentares temáticas e comissões estratégicas.



Diálogo técnico: realizar reuniões, audiências públicas e eventos temáticos para debater os projetos de lei.



Produção de subsídios técnicos: elaborar notas técnicas, pareceres e análises que orientem o debate legislativo.



Mobilização social e comunicação: promover campanhas, rodas de conversa e ações de mídia para engajar a sociedade civil.



Incidência coordenada: alinhar ações de advocacy entre diferentes organizações e movimentos, ampliando o alcance e a legitimidade das demandas.



Avaliação contínua: registrar resultados e aprendizados para aprimorar futuras ações de incidência.

Fonte: Bancada Ativista (2020) e GT AGENDA (2030, 2021).

As estratégias apresentadas acima fortalecem o diálogo entre a sociedade civil e o Poder Legislativo, garantindo que o tema da SAN seja incorporado de forma mais efetiva na formulação de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

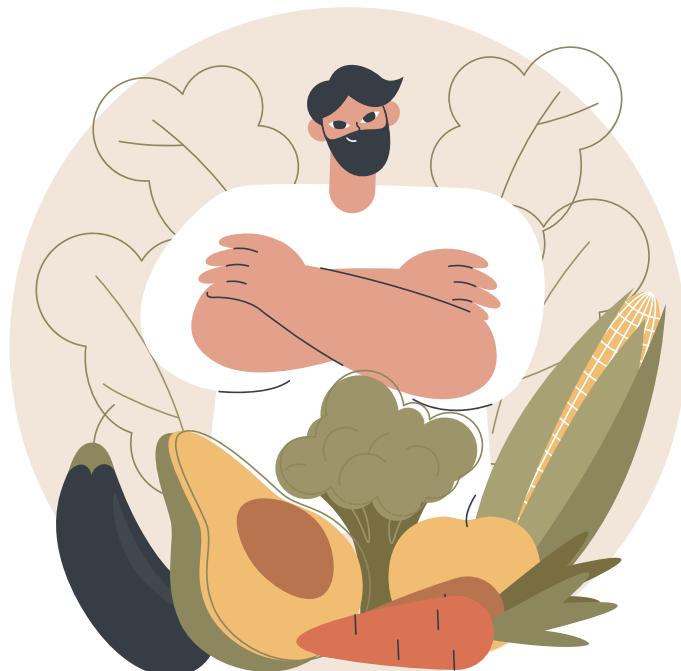
Este Guia de Incidência no Poder Legislativo tem como propósito compartilhar as experiências do NL-Rio, de forma a apoiar movimentos sociais, instituições, grupos de pesquisa e profissionais atuantes no campo da SAN na realização de mapeamento, análises e ações de incidência política em nível municipal e estadual.

Ao apresentar uma metodologia sistematizada e testada em campo, este material busca contribuir para o fortalecimento da participação social e do controle democrático, pilares essenciais à efetivação do DHAA.

A metodologia aqui proposta foi construída de maneira participativa e evolutiva, sendo constantemente aprimorada a partir das demandas, temporalidades e experiências do NL-Rio. Assim, recomenda-se que sua aplicação seja adaptada à realidade de cada organização e território, respeitando especificidades locais e institucionais.

Esse trabalho reforça o papel da sociedade civil na construção de sistemas e ambientes alimentares mais saudáveis, sustentáveis e justos, fortalecendo a visão da alimentação adequada e saudável como um direito de todos e um dever do Estado.

Espera-se que este guia inspire outros Núcleos Locais da Aliança, coletivos e organizações sociais a desenvolverem iniciativas de incidência política, consolidando um movimento contínuo de aprendizado, articulação e transformação



REFERÊNCIAS

ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL; GRUPO TEMÁTICO MEDIDAS REGULATÓRIAS. **Diálogos sobre Conflitos de Interesse em Alimentação e Nutrição: contribuindo para a construção de saberes – Manual COI.** Brasília: Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, 2024. Disponível em: https://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Manual-COI_Alianca.pdf. Acesso em: 2 out. 2025.

BANCADA ATIVISTA. **Guia prático de incidência em políticas públicas.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/guia-pratico-de-incidencia-em-politicas-publicas>. Acesso em: 2 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Relatório Final da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: CONSEA, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/rails/active_storage/blobs/redirect/eyJfcfMfpbHMiOnsibWVzc2FnZSI6IkJBaHBBZ0dtliwiZXhwIjpuWxsLCJwdXliOiJibG9iX2lkIn19--718709496a25a5e2928a8110b7369f5ce4938869/Relat%C3%B3rio%20Final%20da%206CNSAN_v3%2020240610_Digital_compressed%20\(1\).pdf](https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/rails/active_storage/blobs/redirect/eyJfcfMfpbHMiOnsibWVzc2FnZSI6IkJBaHBBZ0dtliwiZXhwIjpuWxsLCJwdXliOiJibG9iX2lkIn19--718709496a25a5e2928a8110b7369f5ce4938869/Relat%C3%B3rio%20Final%20da%206CNSAN_v3%2020240610_Digital_compressed%20(1).pdf). Acesso em: 9 out. 2025.

GT AGENDA 2030; ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE. **Guia de ações de advocacy para a Agenda 2030.** São Paulo: ACT Promoção da Saúde, 2021. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/guia-advocacy-agenda-2030-act.pdf>. Acesso em: 01 out. 2025.

INSTITUTO NOSSA ILHÉUS. **Como realizar monitoramento social e incidir em políticas públicas? Guia prático.** Ilhéus: Instituto Nossa Ilhéus, 2014.

LEONE SILVA, Bárbara et al. **Construção participativa da agenda de segurança alimentar no Brasil: interesses e prioridades da redemocratização ao desmonte institucional.** Revista Nutrir [on-line], v. 50, n. 1, p. 27-41, 2023. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-75182023000100027&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 26 set. 2023.

NÚCLEO LOCAL RIO, Núcleo Local do Rio de Janeiro da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; ALPINO, T. M. A. **Relatório da análise das proposições legislativas da Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro (CMRJ) e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) relacionadas às dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional.** Rio de Janeiro: Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável – Núcleo Local Rio de Janeiro, 2022.

NÚCLEO LOCAL RIO, Núcleo Local do Rio de Janeiro da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; VIDAL, M. M. R. **Relatório da análise qualitativa das proposições legislativas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) relacionadas às dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional.** Rio de Janeiro: Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável – Núcleo Local Rio de Janeiro, 2024.

NÚCLEO LOCAL RIO, Núcleo Local do Rio de Janeiro da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; VIDAL, M. M. R. **Relatório da análise qualitativa das proposições legislativas da Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro (CMRJ) relacionadas às dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional.** Rio de Janeiro: Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável – Núcleo Local Rio de Janeiro, 2024.

GLOSSÁRIO

- **Apoio:** Ações que visam facilitar ou dar suporte à implementação de ambientes e práticas que favoreçam o consumo de alimentos saudáveis e o acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada.
- **Categorias Temáticas:** Organizam o conteúdo específico das proposições de acordo com os Grupos Temáticos (GTs) e suas subdimensões, possibilitando compreender com maior detalhamento os assuntos tratados em cada área de atuação.
- **Categorias Transversais:** Correspondem a aspectos amplos que podem perpassar todas as proposições, permitindo avaliar seu alinhamento com os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), seus impactos e mecanismos de participação social.
- **Casas Legislativas:** Termo que se refere às instituições do Poder Legislativo.
- **Conflitos de Interesse:** Quando o dever do governo de proteger e promover a saúde pública é indevidamente influenciado por interesses de instituições não estatais.
- **Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA):** Direito fundamental reconhecido na Constituição Federal do Brasil que busca a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).
- **Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT):** Condições de saúde de longa duração que não são causadas por agentes infecciosos. As principais DCNT incluem doenças cardiovasculares, diabetes, cânceres e doenças respiratórias crônicas.
- **Grupo Temáticos (GT):** Categorias definidas pelo Núcleo Local Rio para organizar e agrupar as palavras-chave, permitindo mapear e analisar as proposições legislativas.
- **Grupo Executivo (GE):** Grupo formado por integrantes do Núcleo Local Rio da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. Foi criado com o objetivo de estruturar e desenvolver ações sistemáticas de incidência política junto ao Poder Legislativo.
- **Incentivo:** Medidas que buscam estimular ou promover a produção, a comercialização, a distribuição e o consumo de alimentos adequados e saudáveis.
- **Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN):** Ocorre quando indivíduo ou família não tem acesso físico, social e econômico a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.
- **Prejudicada:** Proposição legislativa que perde sua oportunidade ou relevância, seja porque já foi apreciada anteriormente ou porque outra proposição de conteúdo idêntico ou semelhante foi aprovada ou rejeitada.
- **Proposições Legislativas (PLs):** Termo geral para iniciativas apresentadas no Poder Legislativo (que podem incluir Projetos de Lei, Leis Complementares, Emendas à Lei Orgânica, etc.).
- **Proteção:** Medidas de caráter regulatório destinadas a proteger o consumidor e o interesse público contra práticas que prejudiquem a saúde ou a alimentação adequada.

- **Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):** Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.
- **Subdimensões:** São categorias temáticas mais específicas que desdobram e detalham os Grupos Temáticos (GTs).





**Aliança pela Alimentação
Adequada e Saudável**

Núcleo Rio de Janeiro

www.alimentacaosaudavel.org.br

contato@alimentacaosaudavel.org.br